

CHINA ALÉM DO “MADE IN CHINA”: O papel do Estado, contradições e desafios na era pós-reformas

CHINA BEYOND “MADE IN CHINA”: The role of the State, contradictions and challenges in the post-reform era

CHINA MÁS ALLÁ DE “MADE IN CHINA”: El papel del Estado, contradicciones y desafíos en la era posterior a las reformas

Thiago Magalhães Borges¹

Resumo

Junior, H. M. CHINA ALÉM DO “MADE IN CHINA”: O papel do Estado, contradições e desafios na era pós-reformas. *Rev. C&Trópico*, v. 49, n. 1, p.107-128, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2356

O artigo discute as transformações econômicas e sociais na China pós-reformas, com foco no papel do Estado. Partindo da provocação de que há uma visão distorcida do país, desafiada pelos avanços produtivos recentes, as mudanças institucionais promovidas pós-1978 são confrontadas com seus impactos sociais, possibilitando uma discussão sobre a habilidade estatal de articulação para confrontar as contradições internas geradas pelas reformas. Conclui-se que o Estado chinês manteve capacidade decisória após a abertura às forças de mercado. Nesse processo, expectativas e desequilíbrios se manifestam, ao passo que a capacidade de resposta estatal permite a continuidade do investimento e a manutenção de baixas taxas de desemprego.

Palavras-chave: China; Economia chinesa; Ciclo econômico; Planejamento econômico.

Abstract

The article discusses the economic and social transformations in post-reform China, focusing on the role of the State. Starting from the premise that there is a distorted view of the country, challenged by recent productive advances, the institutional changes promoted after 1978 are analyzed in light of their social impacts, enabling a discussion on the State's ability to articulate responses to confront the internal contradictions generated by the reforms. The study concludes that the Chinese State retained its decision-making capacity even after opening to market forces. In this process, expectations and imbalances arise, while the State's ability to respond allows for continued investment and maintenance of low unemployment rates.

Keywords: China; Chinese economy; Economic cycle; Economic planning.

Resumen

El artículo discute las transformaciones económicas y sociales en la China posterior a las reformas, centrándose en el papel del Estado. Partiendo de la premisa de que existe una visión distorsionada del país, desafiada por los recientes avances productivos, los cambios institucionales promovidos después de 1978 se confrontan con sus impactos sociales, lo que permite una discusión sobre la habilidad del Estado para articular respuestas frente a las contradicciones internas generadas por las reformas. Se concluye que el Estado chino mantuvo su capacidad de decisión incluso después de la apertura a las fuerzas de mercado. En este proceso, surgen expectativas y desequilibrios, mientras que la capacidad de respuesta estatal permite la continuidad de la inversión y el mantenimiento de bajas tasas de desempleo.

Palabras Clave: China; Economía china; Ciclo económico; Planificación económica.

Data de submissão: 16/09/2024

Data de aceite: 05/06/2025

¹ Mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (4P/ UFPR). Bolsista no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). E-mail: tmlborges@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7495-2874>

1 INTRODUÇÃO

Boa parte dos que vivem no Ocidente e em áreas adjacentes provavelmente tem, como principal forma de contato com a China, o consumo. Desde os anos 1980, produtos timbrados com os dizeres “Made in China”, ou ainda “Made in PRC”, passaram a ocupar espaço nas prateleiras das lojas e nos lares de todo o mundo. À medida que o país asiático aumentou a complexidade de sua indústria, passou a disputar clientes com grandes marcas ocidentais já consolidadas, confrontando a percepção inicial de que seus produtos seriam de baixa qualidade.

Em 2024, é relativamente comum possuir um *smartphone* da Xiaomi, Huawei ou Oppo, ou até mesmo dirigir um veículo produzido pela Build Your Dreams (BYD) ou pela Great Wall Motors (GWM)². Ainda mais impressionante é agregar a essa percepção que parte dos concorrentes estrangeiros desses produtos chineses também é produzida no país, por meio de *joint ventures* entre empresas chinesas e estrangeiras. Embora, desde a abertura das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)³, sob o contexto das reformas econômicas, a produção conjunta e sua terceirização tenham contribuído para a entrada de capitais na China, o país não se resume a uma plataforma de exportações, como o contato por meio do consumo pode fazer parecer.

É evidente que as exportações fazem parte da complexa e constante transformação da estrutura produtiva, mas de forma alguma o país se resume a isso. A República Popular da China (RPC) é um país de mais de 9 milhões de quilômetros quadrados, com uma população que supera 1,4 bilhão de habitantes, que se transformou rapidamente desde o final da década de 1970. Fundada em 1949, após um longo período de espoliação colonial e uma guerra civil que se estendeu por décadas, a República Popular da China, neste primeiro quarto do século XXI, é um país coberto por linhas férreas de alta velocidade (Lawrance; Bullock; Liu, 2019). O país já tem, inclusive, capacidade técnica para pousar na superfície lunar⁴.

Os grandes avanços tecnológicos, que possibilitam a fabricação dos produtos ofertados aos consumidores chineses e estrangeiros, têm o potencial de mudar a visão de que o país seria baseado na exportação de produtos de baixo valor agregado. Ainda

² No último trimestre de 2023, a montadora BYD superou a Tesla no volume global de vendas, consolidando-se como líder no segmento de veículos elétricos (Cingari, 2024).

³ As ZEEs começaram a ser instaladas entre 1979 e 1980. Seus objetivos eram acelerar exportações, por meio de *joint ventures*, e atrair IDE (Investimento Direto Estrangeiro). Foram inicialmente, de forma estratégica, instaladas na região costeira do sul da China, pela proximidade com Hong Kong, Macau e Taiwan (Carvalho, 2013).

⁴ No início de junho de 2024, a sonda chinesa *Chang'e-6* pousou no lado oculto da Lua para coletar amostras da superfície lunar (McCarthy, 2024).

assim, a compreensão do que ocorre internamente na China segue relativamente turva aos olhos dos que a veem de fora, incitando pesquisadores a engajarem-se na complexa tarefa de compreender as transformações vivenciadas no período pós-1978.

Diante de tal situação, este texto busca promover um debate sobre a sociedade chinesa, colocando em foco o papel do Estado diante das reformas de mercado. Considerando a grandeza das transformações econômicas e sociais pelas quais o país passou nas últimas quatro décadas, busca-se afrontar a visão de “fora para dentro”, que enxerga os resultados, mas não discute as causas. Assim, é construído um elo entre as reformas econômicas e as transformações sociais pelas quais a China passa desde 1978, colocando-se em perspectiva a postura do Estado diante das contradições que emergem dessa dinâmica. Para tanto, é realizada uma revisão bibliográfica na qual é discutida a transição da estrutura produtiva diante das forças de mercado e seus desdobramentos sociais. Em seguida, recorre-se à teoria econômica, baseando-se no pensamento de Kalecki (1947), questionando o papel do Estado diante dos desequilíbrios característicos do ambiente de mercado. Por fim, conclui-se que o Estado chinês foi capaz de manter sua capacidade decisória mesmo diante de um ambiente de mercado.

2 REFORMAS ECONÔMICAS

Compreender o que ocorre na China não é uma tarefa simples e requer a construção de relações e conexões entre eventos históricos acontecidos muito antes da fundação da RPC. Weber (2021, 2023) propõe uma viagem aos períodos das Primaveras e Outonos (772-467 a.C.) e dos Reinos Combatentes (475-221 a.C.). Ao discutir o processo de formação de preços no país, a autora expõe a existência de um poder central que atua ativamente sobre as relações de mercado que lá se manifestam há milênios. Já Santos (2016) discute como a compreensão da China moderna requer que se considerem as tentativas de dominação lançadas pelo Ocidente e pelo Japão. Diante dessa longa e agitada história, o final dos anos 1970, quando se iniciam as reformas econômicas na China, representa possivelmente o “corte de cena” para o capítulo mais recente da história do país, mas não apenas dele.

A década de 1970 é um momento de reajuste em termos globais. Choques no preço do petróleo, reorganização da divisão internacional do trabalho e início do declínio da economia soviética consolidam uma nova conjuntura (Wallerstein, 2000). Na China, as reformas significaram a gradual introdução de negócios privados em uma economia até então baseada na experiência soviética de planificação, fazendo surgir um

ambiente no qual instituições do período anterior interagem com as forças de mercado. Jabbour e Dantas (2020) o descrevem como a coexistência de modos de produção, na qual “pedaços do capitalismo privado” participariam, mesmo que a formação dominante fosse o socialismo.

Submisso ou não, o capitalismo mostra sua face na China. O retorno das decisões de mercado, da luta de classes e do ecoar de crises externas na economia doméstica chinesa demonstram a manifestação das expectativas e incertezas na economia do país. O Estado, umbilicalmente conectado ao Partido Comunista da China (PCCCh) pela revolução de 1949, viu-se diante da necessidade de mudar o processo pelo qual seus objetivos são estipulados. Os Planos Quinquenais, documentos responsáveis por agrupar os objetivos econômicos e sociais, sofreram mudanças em sua elaboração. Com a nova realidade de mercado, as metas imperativas restringiram-se aos grandes projetos nacionais de investimento. Assim, as metas dos planejadores passaram a figurar em termos de indicativos prognósticos mais amplos, deixando de lado os números rígidos. Foi possibilitado um maior grau de planificação, trabalhando em uma realidade de mercado na qual as instituições criadas sob a economia planificada dividem espaço com uma política fiscal e monetária (Heilmann; Melton, 2013).

A dinâmica de mercado, iniciada pelo estabelecimento dos primeiros contratos de responsabilidade⁵, evidenciou-se conforme a China se conectou ao mundo. Os primeiros sintomas das oscilações comuns a este ambiente ocorreram ainda na década de 1980, com aceleração inflacionária (Gerwartz, 2018). Já a crise asiática do final dos anos 1990 provavelmente é o primeiro exemplo explícito da existência de um mercado chinês globalmente conectado, vulnerável à instabilidade do capital, às oscilações e às incertezas.

Sob o contexto da vultuosa fuga de capitais que afligiu a região entre 1997 e 1998 (Canuto, 2000) e à revelia da cartilha de boas práticas redigida em Washington, a China teria demonstrado resiliência em função de sua solidez econômica, oriunda de um estrito controle de capitais (Sharma, 2022). É verdade que o modelo das ZEEs, frequentemente atribuído à busca por Investimento Direto Estrangeiro (IDE), passa a ser expandido para as regiões Central e Leste, sob a bandeira das Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDETs), com funcionamento similar às

⁵ Os contratos de responsabilidade de produção agrícola (Household Rural Responsibility System) permitiam o comércio de grãos pelos agricultores. Esse tipo de acordo começou a ser firmado com as autoridades dos municípios e vilas em 1983 (Masiero, 2006).

ZEEs (Carvalho, 2013). Em contraste, esse movimento acompanha grandes pacotes de investimentos públicos. Entre 1998 e 2005, seriam em torno de US\$ 800 bilhões empregados para alavancar o mercado interno, dirigidos a investimentos em infraestrutura (Jabbour, 2006) voltados sobretudo à integração regional do país, permitindo a execução do Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste e do Programa de Levante das Regiões Centrais, respectivamente em 2000 e 2004 (Ang, 2017).

Cerca de dez anos após a crise econômica asiática, outro abalo atinge a economia mundial. A crise imobiliária estadunidense ganhou proporções internacionais após a quebra do bando de investimentos Lehman Brothers. Nesse contexto, as exportações chinesas foram significativamente impactadas, não apenas em função da retração de demanda mundial, mas também pelo fato de os Estados Unidos terem se tornando os principais compradores de suas exportações desde que o país asiático ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001 (Gua *et al.*, 2021). Novamente, o Estado demonstrou-se engajado, anunciando um pacote de investimentos equivalente a 12% do PIB chinês à época (Jabbour; Gabrielle, 2021). Adicionalmente, em 2009, é lançada a política de Indústrias Estratégicas Emergentes (IES), buscando evoluir as áreas costeiras para polos de pesquisa e desenvolvimento de alto padrão. A IES foi lançada sob o contexto de políticas industriais iniciadas em 2006, que não se limitam a respostas em momentos críticos, mas trabalham com vistas a transformar a China em uma potência tecnológica até 2049, aniversário de 100 anos de criação do atual regime (Naughton, 2021).

Os grandes investimentos públicos na China são um fenômeno que se inicia nos anos 1990 (Jabbour; Paula, 2018). Não à toa, Naughton (2021) propõe que a experiência de desenvolvimento do país seria liderada por exportações e investimentos. Enquanto as exportações teriam sido mais relevantes nas primeiras décadas das reformas, os investimentos começam a ganhar espaço subsequentemente. Inicialmente, como medidas anticíclicas que se estabelecem ao longo dos anos 2000, resultando na continuidade do processo de desenvolvimento. O avanço das capacidades produtivas nacionais refletiu-se na complexidade da pauta de exportações, com o crescimento do volume de mercadorias mais sofisticadas (Jabbour; Paula, 2018).

Desde o final dos anos 1970, as mudanças na estrutura produtiva levaram a profundas mudanças sociais. Em paralelo ao recuo do Estado na produção, a abertura aos negócios privados também ocorreu nos serviços, mercantilizando necessidades

básicas, como saúde e educação. A transição entre a alocação planejada de trabalhadores para um mercado de trabalho significou enormes mudanças na dinâmica social do país.

3 IMPACTOS SOCIAIS

Entre a fundação da RPC até o início dos anos 2000, a grande maioria da população vivia no campo e dedicava-se às atividades econômicas do setor primário. Entre os anos 1950 e 1970, a China buscou desenvolver a indústria nacional, em um processo descrito por Pomar (2023) como desequilibrado, ao passo que se manteve na instalação da indústria pesada nas cidades, negligenciando a indústria leve e o campo. Com as reformas, coexistem tipos de unidades produtivas, ou formas de propriedades (Jabbour; Gabrielle, 2021), e instituições diretamente ligadas à planificação, como o *hukou*⁶.

Estado e sociedade gradualmente se adaptaram às mudanças. A abertura das ZEEs e ZDETs, nas capitais de províncias, levou à necessidade de flexibilização do *hukou*, que, sob o contexto de reformas, já poderia ter sua efetividade questionada, dado o subfinanciamento das políticas de seguridade. No campo, os negócios privados também se desenvolveram. Assim como a produção agrícola sob os contratos de responsabilidade, as chamadas Township and Village Enterprises (TVEs) – ou Empresas de Municípios e Vilas - e as cooperativas de crédito rural criaram um ambiente fértil de negócios (Masiero, 2006).

A transformação social que começou a moldar a China que vemos hoje iniciou-se na década de 1990 quando a migração sazonal passou a dar lugar à permanente, com o estabelecimento nas cidades dos trabalhadores vindos do campo (Majid, 2015). Esse processo, contemporâneo à destruição do sistema de proteção social urbano⁷ (Nogueira, 2018), acompanhou a transformação chinesa sob a nova organização econômica do país. Segundo os dados do National Bureau of Statistics of China (2024c), em 2011 a população passa a ser predominantemente urbana. De maneira geral, a renda das famílias aumentou, bem como seus gastos. O consumo, que antes era baseado em itens essenciais, como vestuário e bicicleta, expande-se e passa a abranger eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos (Medeiros, 2013/ National Bureau of Statistics of China,

⁶ O sistema *hukou* vincula serviços básicos, como saúde e educação, ao local de moradia em que cada cidadão está registrado (Carvalho, 2013).

⁷ Conhecido em chinês como *tie fan wan*.

2024b). O padrão epidemiológico também mudou. Com a urbanização e o aumento do sedentarismo, doenças infecciosas dão lugar às cardiovasculares, pulmonares e a problemas como hipertensão e diabete (Silva, 2018).

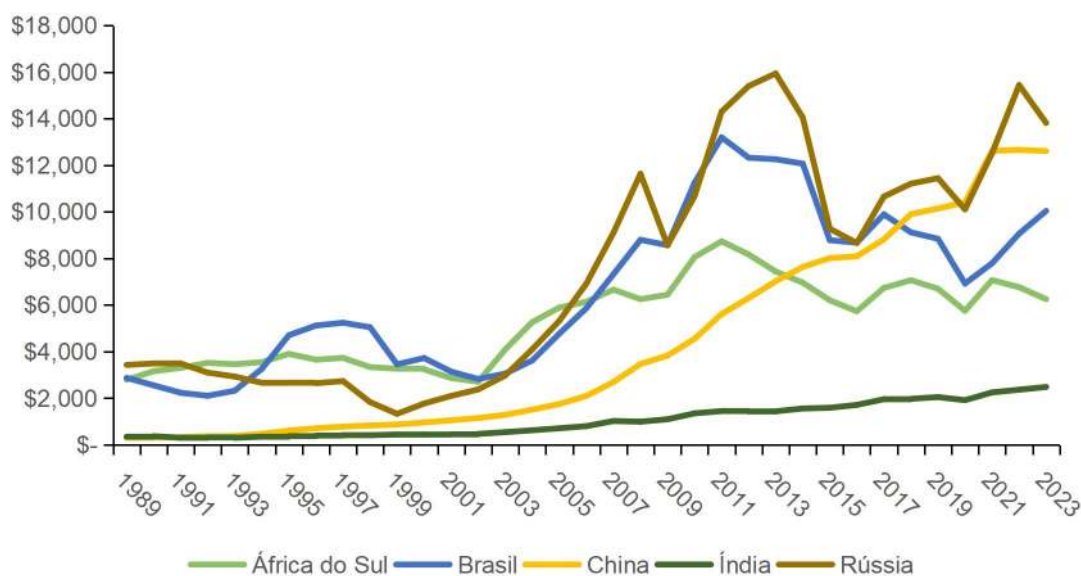
O ambiente de mercado trouxe novas oportunidades de emprego, bem como a existência de desemprego e informalidade. Nos anos 1990, em um momento tratado por Morais (2011) como o *big bang* das reformas, ocorre a substituição do Estado pelos negócios privados em muitos setores da economia chinesa, sobretudo a partir do largo processo de privatizações e fusões das empresas estatais (SOE) e recuo da participação do Estado na oferta de serviços essenciais, como a saúde. Fato que começa a ser revertido nos anos 2000, sob o contexto da pandemia de Sars.

A instituição do Seguro Médico Básico, na primeira década dos anos 2000, estabeleceu a reconstrução de uma estrutura de seguridade social na China após seu estrangulamento, com o governo gradualmente aumentando sua participação no financiamento desse sistema e reprimindo os gastos dos usuários⁸ (Yip *et al.*, 2012/ He, 2021). Mesmo caminho seguido pela previdência, que passa a abranger os trabalhadores urbanos, em 1997, e trabalhadores urbanos informais e trabalhadores rurais, em 2014 (Wong, 2020).

Desde o final dos anos 1970, mais de 800 milhões de pessoas superaram a linha internacional da pobreza na China, segundo o Banco Mundial (2022). Em 2021, o país superou os US\$ 12 mil de renda per capita, patamar no qual se estabilizou (Gráfico 1). Embora a desaceleração chinesa seja discutida como o “novo normal”, é a sustentação do processo de aumento de renda chinês que salta aos olhos, com a construção de um vigoroso mercado interno que segue aumentando seu protagonismo (Medeiros; Gouveia, 2024). Por outro lado, mesmo com o estabelecimento de um ambiente de mercado mais maduro, seja sob do ponto de vista do desenvolvimento de empresas transnacionais ou de uma notável população economicamente ativa, a China se vê diante de novos desafios.

⁸ *Out-of-pocket*.

Gráfico 1 – Renda per capita dos países fundadores dos Brics (1989 – 2023)



Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2024b).

4 PRÁTICAS, CONTRADIÇÕES E PROVOCAÇÕES

Mais de quatro décadas após o início das reformas, é clara a manifestação das forças de mercado na economia chinesa. Se, por um lado, as crises financeiras cíclicas que atingem a economia do país revelam a manifestação da instabilidade dos mercados no país, por outro, é clara a atuação estatal para mitigar incertezas e rupturas no investimento e no emprego, voltando-se para o desenvolvimento do mercado interno. Tal processo, de busca pela efetivação da demanda (Jabbour *et al.*, 2020), é resguardado pela capacidade estatal de estímulo à demanda por meio de grandes obras e políticas públicas e macroeconômicas.

Em primeiro lugar, segundo Jabbour e Gabriele (2021), o sistema financeiro chinês seria parte do “núcleo duro” daquela experiência. Embora tenha sofrido muitas transformações desde o final dos anos 1970, quando foi estabelecido (Mendonça, 2015), continua sendo predominantemente estatal⁹. Mais importante ainda, é observar a continuidade de sua atuação para além do ciclo econômico.

Desde as primeiras reformas no campo, o setor privado chinês contou com uma robusta e capilarizada rede de cooperativas de crédito rural, bem como bancos com

⁹ Conforme a Pesquisa Bancária da China Continental, publicada pela consultoria privada KPMG (2023), no ano de 2022, 52% dos ativos em bancos comerciais estavam concentrados nos quatro maiores bancos estatais da China.

áreas de atuação definidas, voltados para a agricultura, indústria e comércio internacional (Mendonça, 2015). Apesar desse aparato, há de se considerar as limitações políticas da manutenção da demanda efetiva, como argumenta Kalecki (1943). Os negócios privados e o conseqüente ambiente de mercado que se estabeleceu poderiam, portanto, interferir no ritmo do investimento, mesmo que estímulos por parte do Estado sejam realizados. Na realidade, observa-se a proeminência das decisões estatais sobre a iniciativa privada no país, indicando que o investimento privado é induzido para além das medidas anticíclicas, o que garante a sustentabilidade de baixas taxas de desemprego urbano (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Desemprego urbano na China (1978 – 2021)



Fonte: elaborado pelo autor com dados do NBS (2024a).

Em termos de poder de mercado, o Estado atua a partir do que Jabbour e Gabriele (2021) chamam de grandes conglomerados empresariais estatais, originados do processo de fusões das empresas estatais (State-owned Enterprises, ou SOEs) remanescentes nos anos 1990. Sob este contexto, a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais (Sasac) é criada para administrá-las, no início dos anos 2000 (Jabbour; Dantas, 2017). Carvalho (2013) aponta que o Estado se manteve nos setores estratégicos da economia, nos quais um alto grau de monopólio é muitas vezes inevitável, como a indústria bélica, energética, metalúrgica e de telecomunicações. Além do centralizado poder de investimos nestas empresas, resguardado pela Sasac, elas também têm o potencial de estímulo ao setor privado da economia por meio de

encadeamentos.

Ainda assim, desequilíbrios ocorrem recorrentemente na economia chinesa, seja do ponto de vista do investimento ou do emprego. O estabelecimento de negócios privados e, por consequência, o recuo do estágio em que se encontrava a luta de classes no país, trouxe de volta a batalha pelo excedente, com a constituição de um mercado de trabalho. Sob o ponto de vista institucional, e baseado nos apontamentos de Kalecki (1943) sobre os desafios à manutenção do pleno emprego, pode-se afirmar que a soberania construída pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), que se mantém internamente a partir de uma profunda penetração social, seria fator crucial para fazer valer os interesses coletivos que levaram à fundação da RPC, agora diante da nova realidade de mercado.

Durante os grandes desafios impostos pela pandemia de Covid-19, Alex Jingwei He (2021, p. 14-15) aponta que o sistema de saúde, inaugurado no início dos anos 2000, demonstrou-se robusto diante da necessidade de contenção do grande surto infeccioso, registrado entre janeiro e fevereiro de 2020. No entanto, entre os fatores determinantes para o desempenho da China diante da pandemia estaria a capilaridade do partido. A desaceleração do contágio, possibilitada pelo rigoroso isolamento social, contou com a participação ativa dos comitês ao nível local, que realizariam a ponte entre partido e sociedade. Nas circunstâncias em questão, estas organizações foram responsáveis por coordenar desde a distribuição de equipamentos de proteção pessoal e alimentos até a circulação dentro dos bairros e vilas (Ren, 2020).

Para além do contexto pandêmico, a influência do PCCh sobre a sociedade pode ser observada também nas complexas relações criadas pelas decisões de mercado diante dos interesses nacionais e populares. Além das concessões aos negócios privados e das contradições criadas em uma sociedade na qual classes com grupos de interesses antagônicos que agora disputam ativamente o excedente, a busca pela continuidade do investimento e do emprego esbarraria no aspecto político do ciclo econômico. Tal dualidade é questionada na China desde que se iniciou o processo de reformas e ocupa espaço central nos debates que buscam situar a economia chinesa em termos de capitalismo ou socialismo. É evidente que o processo de abertura, que trouxe a China ao posto que ocupa ao final do primeiro quarto do século XXI, é repleto de contradições.

Diante desses eventos, o objetivo final do Estado parece ser a garantia do investimento e da busca pelo pleno emprego. As novas possibilidades produtivas no campo, aliadas à destruição do sistema de proteção social urbano, poderiam ser

consideradas como uma forma de “democratização” do ônus da industrialização, que por décadas privilegiou as cidades e, por consequência, os trabalhadores urbanos.

Em outras palavras, realidade que se desenvolveu durante os anos 1980 e 1990 nivelava por baixo a harmonia daquela sociedade. Trabalhadores em ambiente rural e urbano ficaram à mercê dos serviços privados de saúde, mesmo que residissem em suas localidades de registro. Tal medida em si é contraditória diante da teoria da demanda efetiva, visto que a procura por serviços de saúde, que antes eram precários, pode induzir investimentos, ao passo que o poder de determinação de preços desses serviços essenciais afeta potencialmente o consumo de outras pautas. Este mesmo exercício teórico sintetiza a complexa relação criada pela introdução das decisões de mercado à economia chinesa, criando um ambiente no qual o Estado depende de decisões de negócios privados. Em contraste, o poder de intervenção sobre o setor privado na China demonstra resiliência, mesmo diante da formação de um quadro de centenas de bilionários no país (Martin, 2024).

Diante das questões políticas do ciclo econômico, as decisões políticas na China podem nos esclarecer as capacidades de intervenção política do Estado sobre o setor privado por ele cultivado desde o final dos anos 1970. A reconstrução do estado de bem-estar social e a busca por uma sociedade mais harmônica colocam em conflito interesses privados e coletivos e demonstram que o setor privado é utilizado como instrumento para o desenvolvimento nacional, contando com capacidade limitada diante da soberania decisória do Estado chinês.

Conforme grandes conglomerados privados foram se formando no país, alguns episódios emblemáticos recentes ilustram esse conflito, como o da quebra do grupo imobiliário Evergrande (Davidson, 2024), o da proibição de abertura do IPO do Ant Group, pertencente ao conglomerado empresarial Alibaba (Daga, 2020), e o do derretimento dos ativos dos grupos de educação privados (Li, 2021). Todos esses com desfechos nos termos decididos pelas autoridades chinesas.

Para além de casos pontuais, não é só com base em conflitos que essas relações se desenvolvem. De maneira geral, a divisão entre privado e estatal na China é relativamente complexa e envolve questões mais profundas, dada a proeminência social do Estado e do PCCh. Empresas privadas de capital aberto frequentemente têm empresas estatais (SOEs), autoridades locais, fundos e agências governamentais como sócios minoritários, além de dependerem profundamente da relação com representantes do governo e do partido (Chavance, 2017). Essa realidade complexa cria desafios que

vão se colocando ao longo do tempo e do espaço, trazendo ao Estado a necessidade de implementar soluções diante das contradições da busca pela efetivação da demanda.

Tal “força decisória estatal” para implementar políticas pode ser uma das características fundamentais do Estado chinês. Com base em Gramsci (2017) é possível utilizar o conceito de hegemonia para analisar o Estado como organismo próprio de um grupo diante do conjunto de “energias nacionais”. Nessa combinação, prevaleceriam os interesses dominantes, em um “equilíbrio instável” influenciado pelos interesses dos grupos subordinados. Para uma transformação revolucionária, portanto, seria necessária a construção de uma contra-hegemonia, que desafie a ideologia dominante. Para o caso chinês, Alvez e Passos (2021) defendem o uso da expressão contra-hegemonia considerando o panorama global. À medida que a abertura econômica não apontou para subordinação à agenda ocidental, o país manteve uma economia parcialmente planejada em uma experiência na qual a financeirização não predominou.

Em termos gerais, a qualidade de vida na China melhorou nas últimas décadas. Alguns indicadores que sustentam tal afirmação são o aumento da renda per capita, da qualidade do consumo e da expectativa de vida ao nascer, que foi de 79 anos em 2024 (World Bank, 2024a). Dada a importância do mercado interno formado por uma população superior a 1,4 bilhão de pessoas, a melhora nas condições sociais, aliada ao aumento do custo de vida, tem levado as famílias chinesas a terem menos filhos. Entre 2019 e 2020, o país registrou encolhimento da população economicamente ativa (National Bureau of Statistics of China, 2024d). Além disso, o aumento na expectativa de vida pode colaborar para desequilibrar a relação entre trabalhadores ativos e aposentados, onerando a previdência.

Diante dessas situações, o Estado tem atuado com o intuito de estimular a natalidade e retardar a aposentadoria dos trabalhadores ativos. A Lei do Filho Único, estabelecida em 1980, foi revogada em 2016. A nível provincial, estímulos financeiros têm sido concedidos a casais para que optem por ter mais filhos¹⁰. Também em termos de obstáculos econômicos à taxa de natalidade, o fenômeno dos grupos privados de educação suplementar vem sendo enfrentado, culminando na proibição da operação desse tipo de negócio com fins lucrativos (Li, 2021). Por fim, as idades mínimas para aposentadoria na China, que eram de 60 anos para homens e variavam entre 50 e 55 para mulheres (Wong, 2020), serão aumentadas pela primeira vez desde a fundação do

¹⁰ Desde 2021, governos locais têm promovido benefícios fiscais e estendido os períodos de licença à maternidade visando estimular a natalidade (Reuters, 2023).

país¹¹.

Em contraste com as medidas que buscam a permanência no mercado de trabalho, o desemprego entre os jovens é outra questão que desafia as capacidades chinesas de sustentação da demanda agregada. Embora o desemprego urbano permaneça baixo, 5,2% em julho de 2024, entre os jovens ele estava substancialmente elevado. Naquele mesmo mês, excluindo estudantes, 17,1% dos chineses entre 16 e 24 que viviam em ambiente urbano estavam desempregados. Para os grupos entre 25 e 29 anos e 30 e 59, os números de desemprego era de 6,5% e 3,9%, respectivamente (National Bureau of Statistics of China, 2024d).

Como reflexo, após a reconstrução do estado de bem-estar social apontar para a superação do *big bang* das reformas, a precarização do trabalho volta a ser uma questão. Esse novo momento para a informalidade é marcado pelo crescimento do emprego nas plataformas digitais de transporte de passageiros, de mercadorias e nas plataformas voltadas à prestação de serviços diversos, que cresceram no país a partir de fomento governamental. O incentivo à criação de conglomerados de tecnologia nos últimos anos, sob a bandeira do Internet+ e dos chamados *startups de base* (Xu, 2022), visava proporcionar inovações e criar oportunidades de emprego (Chen, 2021), fato que ocorreu, mas elevou a informalidade. Diante do aprofundamento dessas contradições, em 2021, medidas começaram a ser tomadas, com a publicação do primeiro marco voltado à regulamentação do trabalho nas plataformas¹².

5 CONCLUSÃO

As reformas econômicas e institucionais, iniciadas na China no final dos anos 1970, transformaram profundamente o país sob os aspectos produtivo e social. À medida que aconteceu a transição de uma economia baseada na produção de mercadorias de baixo valor agregado para uma com capacidades tecnológicas, que desafiam a supremacia dos países centrais, passou a ser questionada a percepção de que o país se basearia em uma plataforma de exportações suportada por baixos salários e produtos com pouca tecnologia. Ao passo que um enorme mercado consumidor foi

¹¹ De acordo com votação realizada na 11ª sessão da Comissão Permanente da 14ª Assembleia Popular Nacional, a idade para a aposentadoria dos homens será gradualmente elevada de 60 para 63 anos, em um processo que levará 15 anos, a começar em 2025. Para mulheres, o aumento será de 55 para 58 anos e 50 para 55 no caso das trabalhadoras de “colarinho azul” (China, 2024).

¹² Segundo o *Boletim Trabalhista da China* (2021), em julho de 2021 foi publicado o documento “Pareceres Orientadores do Ministério dos Recursos Humanos e Segurança Social, da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, do Ministério dos Transportes e de outros ministérios e comissões sobre a proteção dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores empregados em novas formas”.

estruturado, a combinação entre robustos investimentos e a busca do pleno emprego expõe as práticas e contradições de um recém-formado e inovador ambiente de mercado. A cada contradição que se apresenta, o poder de decisão do Estado se vê desafiado a encontrar um caminho que garanta a continuidade do investimento e de baixas taxas de desemprego.

Apesar das limitações teóricas para a compreensão do Estado por trás desse processo, é importante que não nos deixemos levar de forma acrítica diante dos resultados impressionantes auferidos nas últimas décadas. O aumento do desemprego entre os jovens, a desaceleração demográfica e as instabilidades geopolíticas representam hoje os maiores desafios internos para a sustentação de seu processo de desenvolvimento. O país, que se encontrava entre os mais pobres do planeta antes da revolução de 1949, iniciou o processo de reformas na busca por seguir superando restrições materiais. Pouco mais de quatro décadas depois, novas contradições e desafios emergem. No panorama doméstico, a manutenção de baixos níveis de desemprego e a estabilidade do investimento evidenciam a luta de classes, compelindo o processo contínuo de manutenção do poder de decisão por parte do Estado. Já o turbulento cenário externo, sintomático de um mundo em acelerada transformação, impõe novas condicionantes a este processo. O olhar atento aos futuros desdobramentos pode nos auxiliar a seguir desmistificando a realidade e construindo discussões sobre o fenômeno que se desenvolve diante de nossos olhos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rafael Queiroz; PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. “A incipiente contra-hegemonia chinesa durante o governo de Xi Jinping (2013-): uma perspectiva da economia política internacional”. *Rev. Práxis e Heg Popular*, vol. 6, no. 9, p. 191–209, dez. 2021. <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2021.v6n9.p.191-209>.

ANG, Yuen Yuen. “Industrial transfer and the remaking of the People’s Republic of China’s competitive advantage”. *Asian Development Bank Institute - Working Paper Series*, vol. 762, no. jul. 2017, 2017.

CANUTO, Otaviano. “A crise asiática e seus desdobramentos”. *Econômica*, vol. 2, no. 4, p. 25–60, dez. 2000.

CARVALHO, Miguel. “A economia política do sistema financeiro chinês (1978-2008)”. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CHAVANCE, Bernard. “Ownership transformation and system change in China”. *Revue de la régulation*, 1 jun. 2017. <https://doi.org/10.4000/regulation.12298>.

CHEN, Yiu Por (Vincent). “Online digital labour platforms in China: Working conditions, policy issues and prospects”. *ILO Working Paper 24* (Geneva, ILO), 2021.

CHINA LABOUR BULLETIN. “The Platform Economy”. 21 abr. 2023. *China Labour Bulletin*. Disponível em: <https://clb.org.hk/en/content/platform-economy>. Acesso em: 06/09/2024.

CHINA DAILY. “Life expectancy of Chinese increases by 42 years in nearly 70 years”. 2019. *China Daily*. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/201905/23/WS5ce65408a3104842260bd68e.html>. Acesso em: 06/09/2024.

CINGARI, Piero. “Why are European carmakers struggling in the electric vehicle market?”. *Euronews*. 11 set. 2024. Disponível em: <https://www.euronews.com/business/2024/09/11/why-are-european-automakers-struggling-in-the-electric-vehicle-market>. Acesso em: 06/09/2024.

DAGA, Anshuman. Timeline: “Key events behind suspension of Ant Group’s \$37 billion IPO”. *Reuters*. 5 set. 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/world/uk/timeline-key-events-behind-suspension-of-ant-groups-37-billion-ipo-idUSKBN27K1A0/>. Acesso em: 06/09/2024.

DAVIDSON, Helen. “Evergrande collapse: Hong Kong court orders liquidation of China property giant”. *The Guardian*, sec. Business, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2024/jan/29/evergrande-collapse-liquidation-china-debt-developer-property-giant>. Acesso em: 06/09/2024.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o estado e a política* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GUO, Liang; WANG, Sizhu; XU, Nicole Z. “US economic and trade sanctions against China: a loss-loss confrontation”. *Economic and Political Studies*, vol. 11, no. 1, p. 1–28, 2 jun. 2021. <https://doi.org/10.1080/20954816.2021.1920195>.

HE, Alex Jingwei. “Health care reform in the aftermath of the Covid-19 pandemic in China: trajectory and prospect”. Working paper prepared for the Korea Institute for Health and Social Affairs, 2021.

HEILMANN, Sebastian; MELTON, Oliver. “The reinvention of development planning in China, 1993–2012”. *Modern China*, vol. 39, no. 6, p. 580–628, 24 ago. 2013. <https://doi.org/10.1177/0097700413497551>.

INTERNATIONAL DATA CORPORATION. “Worldwide smartphone market grew 6.5% in the second quarter of 2024 as momentum continues to build, according to IDC tracker”. *International Data Corporation*, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prUS52436724>. Acesso em: 06/09/2024.

JABBOUR, Elias. “China: as infraestruturas como essência do fenômeno”. *Revista de Informações e Debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, no. 26, 1 set. 2006.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. “The political economy of reforms and the present Chinese transition”. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 37, no. 4, p. 789–807, dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a08>.

JABBOUR, E. M. K.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J.; VELLOZO, J. “A (nova) ‘Economia do Projeto’: o conceito e suas novas determinações na China de hoje”. *Geosul*, vol. 35, no. 77, p. 17–48, 7 dez. 2020. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p17>.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. *China*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. “A China e a ‘socialização do investimento’: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman”. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 22, no. 1, 11 jun. 2018. <https://doi.org/10.1590/198055272217>.

KALECKI, M. “Political aspects of full employment”. *The Political Quarterly*, vol. 14, no. 4, p. 322–330, out. 1943. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1467-923x.1943.tb01016.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-923x.1943.tb01016.x>. Acesso em: 06/09/2024.

KPMG. “Innovating in pursuit of New Heights Chinese Mainland Banking Survey 2023 Summary”. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/cn/pdf/en/2023/05/china-banking-industry-survey-report-2023.pdf>. Acesso em: 06/09/2024.

LAWRENCE, Martha; BULLOCK, Richard; LIU, Ziming. *China’s high-speed rail development*. Washington: World Bank Group, 2019.

LI, Jane. “China is extending its regulatory storm from tech to education”. *Quartz*, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://qz.com/2037818/china-is-extending-its-regulatory-storm-from-tech-to-education>. Acesso em: 06/09/2024.

MAJID, Nomaan. *The great employment transformation in China*. Geneva: International Labour Office, Employment Policy Department, Employment and Labour Market Policies Branch, 2015.

MARTIN, Devin Sean. “The countries with the most billionaires 2024”. 3 abr. 2024. *Forbes*. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/devinseanmartin/2024/04/02/the-countries-with-the-most-billionaires-2024/>. Acesso em: 06/09/2024.

MASIERO, Gilmar. “Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas”. *Revista de Economia Política*, vol. 26, no. 3, p. 425–444, set. 2006. <https://doi.org/10.1590/s0101-31572006000300006>. Acesso em: 06/09/2024.

MCCARTHY, Simone. “China’s Chang’e-6 probe successfully lands on far side of the moon”. *CNN*, 2 jun. 2024. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2024/06/01/china/china-change6-moon-landing-intl-hnk-scn/index.html>. Acesso em: 06/09/2024.

MEDEIROS, Carlos. “Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa”. In: *Padrões de desenvolvimento econômico (1950–*

2008): *América Latina, Ásia e Rússia - Volume 2*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p. 435–490.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; GOUVEIA, Esther Majerowicz . “The ‘new normal’ of the Chinese economy”. *Economia e Sociedade*, vol. 33, no. 3, 2024. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.282794>. Acesso em: 06/09/2024.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de. “Sistema financeiro chinês: conformação, transformações e controle”. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FILHO, Edison Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa (eds.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

MORAIS, Isabela. “Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na China contemporânea”. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. “National data - Annual - Employment and wages - registered unemployed persons in urban area”. 2024a. *National Bureau of Statistics of China*. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=C01>. Acesso em: 06/09/2024.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. “National data - Annual - People’s living conditions - Main durable goods owned per 100 households”. 2024b. *National Bureau of Statistics of China*. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=A01>. Acesso em: 06/09/2024.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. “National Data - Annual - Population - Total Population”. 2024c. *National Bureau of Statistics of China*. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=A01>. Acesso em: 06/09/2024.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. “National data - Employment and wages - Economically active population. 2024d. *National Bureau of Statistics of China*. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=C01>. Acesso em: 06/09/2024.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. “National data - Monthly - The Urban Surveyed Unemployment Rate”. 2024e. *National Bureau of Statistics of China*. Disponível em: <https://data.stats.gov.cn/english/easyquery.htm?cn=A01>. Acesso em: 06/09/2024.

NAUGHTON, Barry. *Rise Of China’s industrial policy, 1978 - 2020*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021.

NOGUEIRA, Isabela. “Estado e capital em uma China com classes”. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 22, no. 1, 11 jun. 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/198055272211>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Yw5R7FYckMDNF9Nq8pGYZbT/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06/09/2024.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

REN, Xuefei. “Pandemic and lockdown: a territorial approach to Covid-19 in China, Italy and the United States”. *Eurasian Geography and Economics*, vol. 61, no. 4-5, p. 1–12, 8 mai. 2020. <https://doi.org/10.1080/15387216.2020.1762103>.

SANTOS, Theotônio dos. *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

SHARMA, Shalendra D. “Why China survived the Asian financial crisis? *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 22, no. 2, p. 225–252, 1 jun. 2002. DOI <https://doi.org/10.1590/0101-31572002-1235>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572002000200225.

SILVA, Adriana Ilha da. “Perspectivas históricas e econômicas sobre a saúde na China no século XXI”. *História, Ciências, Saúde*, vol. 27, no. 2, p. 375–389, jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702020000200004>. Accessed on: 21 Mar. 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Globalization or the age of transition?: A longterm view of the trajectory of the world-system. *Asian Perspective*, vol. 24, no. 2, p. 5–26, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42704258>.

WEBER, Isabella. *Como a China escapou da terapia de choque*. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2023.

WONG, Christine. “Managing across levels of government: The challenge of pension reform in China”. In: KIM, Junghum; DOUGHERTY, Sean (eds.). *OECD Fiscal Federalism Studies*. Paris: OECD Publishing, 2020. p. 79–102. <https://doi.org/10.1787/2bbfbda8-en>.

WORLD BANK. “Life expectancy at birth, total (years)” | Data. 2024a. *Worldbank.org*. *World Bank*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN>. Acesso em: 06/09/2024.

WORLD BANK. “Life expectancy at birth, total (years)” | Data. 2024b. *World Bank*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=CN>. Acesso em: 06/09/2024.

WORLD BANK. “Lifting 800 million people out of poverty – New report looks at lessons from China’s experience”. 1 abr. 2022. *World Bank*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/04/01/lifting-800-million-people-out-of-poverty-new-report-looks-at-lessons-from-china-s-experience>. Acesso em: 06/09/2024.

WORLD BANK. “World Development Indicators | DataBank | GDP per capita (current US\$)”. 2024c. *World Bank*. Disponível em: https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.PCAP.CD&country=&_gl=1. Acesso em: 06/09/2024.

XINHUA. “China Focus: China to gradually raise retirement age”. 2024. *Xinhua*. Disponível em: <https://english.news.cn/20240913/aea912de6355431fb2f5db000584cd09/c.html>. Acesso em: 06/09/2024. Acesso em: 16 set. 2024.

XU, Zhun. *The gig economy in China. The Routledge handbook of the gig economy*. Londres: Routledge, 2022. p. 392–400.

YIP, Winnie Chi-Man; HSIAO, William C; CHEN, Wen; HU, Shanlian; MA, Jin; MAYNARD, Alan. “Early appraisal of China’s huge and complex health-care reforms”.

The Lancet, vol. 379, no. 9818, p. 833–842, mar. 2012. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(11\)61880-1](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(11)61880-1).